

APÓS 28 ANOS DE TRABALHO, SERVIDOR CEGO SE APOSENTA E DEIXA EXEMPLO DE SUPERAÇÃO

Publicada em 15/12/2018 | [Link para a matéria](#)

Luiz Lopes Batista, primeiro servidor com deficiência a integrar os quadros do STJ, abriu as portas para diversas ações do tribunal voltadas para a inclusão.



SCO / Gustavo Lima

Luiz Lopes Batista foi o primeiro servidor com deficiência a ingressar no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 1990. De lá para cá, ele testemunhou praticamente toda a história escrita pela corte em 30 anos dedicados ao cidadão. Luiz tem 63 anos e é cego, aposentou-se em março, mas garante que guarda na memória, como se fosse hoje, momentos inesquecíveis de amizade, entrega e superação no trabalho.

Natural de Água Branca (PI), o servidor veio para o Distrito Federal quando tinha 16 anos, época em que foi alfabetizado e aprendeu braile, sistema de escrita voltado para quem tem a visão comprometida. Matriculou-se no Centro de Ensino Especial (CEE) e, no começo, a professora precisava ir à sua casa para as

lições. Após o período de adaptação, passou a frequentar a sala de aula e não parou mais. Luiz se formou em direito, especializando-se em constitucional.

VENCENDO BARREIRAS

Tudo teria sido mais fácil, se Luiz não convivesse com um glaucoma congênito grave que acabou provocando a perda total da visão aos dois anos de idade. “O importante é acreditar no que somos capazes de realizar e entender nossas limitações, sem nos sentir diminuídos. Assim, conseguimos chegar a um lugar na vida e realizar os objetivos”, afirma o servidor aposentado.

Dito e feito. A cegueira não foi capaz de impedir que Luiz construísse uma reconhecida trajetória profissional. O bacharel em direito foi aprovado em vários concursos públicos. “Na época ainda não havia vagas destinadas a ‘portadores de necessidades especiais’, como se dizia”, conta Luiz. Primeiro, passou na Fundação Hospitalar do Distrito Federal; depois, no Tribunal de Contas da União; e, por fim, no Tribunal da Cidadania, onde trabalhou por 28 anos.

TRABALHO E INCLUSÃO

Na maior parte do tempo em que esteve no STJ, ele trabalhou na Assessoria Direta aos Ministros, lotado nas Comissões Permanentes. Um dos momentos marcantes para o servidor foi o dia da sua posse, sob a presidência do ministro Washington Bolívar. “Foi inesquecível. Recebi uma Constituição de presente” – lembra, com saudade, a receptividade dos colegas.

A chegada de Luiz abriu portas para que o tribunal iniciasse diversas ações voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência. No caso específico do servidor, a partir de 2000, o STJ adquiriu um computador adaptado com o Jaws, software criado para acessibilidade de deficientes visuais que lê informações na tela por meio de um sintetizador de voz.

“Foi um salto”, lembra. Com a nova ferramenta, o ex-assessor recorda que passou a ter melhores condições de trabalho e a desempenhar atividades com mais eficiência e independência. “Hoje, tenho esse programa em casa. Não consigo mais ficar sem ele.”

Luiz conta que, durante cinco anos, acompanhou o ministro Cesar Asfor Rocha (hoje aposentado) ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde era chamado a participar de reuniões com a ministra Nancy Andrighi para falar sobre inclusão.

RECONHECIMENTO

Outro fato que marcou a vida do servidor foi sua despedida do tribunal. “Na última sessão da Corte Especial que presenciei, o ministro Mauro Campbell Marques, em nome de todos os ministros, prestou homenagem à minha atuação no STJ. Esse reconhecimento vou levar para sempre”, recorda, emocionado.

Hoje, Luiz Lopes, que conquistou recentemente sua carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (como servidor da Justiça ele não podia ser inscrito), curte o descanso merecido da aposentadoria e diz que seu trabalho agora é cuidar do único neto, Heitor, de um ano.

“Espero que o STJ continue com essa proposta de inclusão e que ela se aprimore cada vez mais. Tenho realmente certeza de que isso vai acontecer, pois conheço pessoas no tribunal que estão nesse trabalho há bastante tempo e são muito dedicadas à causa.”